



Lua Nova

ISSN: 0102-6445

luanova@cedec.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
Brasil

Pericás, Luiz Bernardo
Mariátegui e a questão da educação no Peru
Lua Nova, núm. 68, 2006, pp. 169-204
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67306807>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MARIÁTEGUI E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO NO PERU

Luiz Bernardo Pericás

Durante vários anos, o jornalista peruano José Carlos Mariátegui esteve envolvido em intensos debates políticos, como as famosas polêmicas com a APRA (*Alianza Popular Revolucionaria Americana*) e com o Comintern, assim como se preocupou em continuar desenvolvendo e aprofundando seu incansável trabalho intelectual e teórico, escrevendo artigos sobre temas distintos, como o fascismo, o indigenismo, a literatura e a questão agrária, publicados continuamente na imprensa de seu país. O autor de *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* demonstrou sempre um interesse especial na educação dos trabalhadores, não só pelo aspecto da construção de uma *efetiva* democracia na nação andina, mas também como uma forma de possibilitar a ação consciente das massas populares na luta pelo socialismo.

Ainda que assumidamente “antiacadêmico”, o Amauta se preocupava constantemente com a questão do ensino público. A formação de Mariátegui, não obstante, era extremamente deficiente e frágil.

O autodidata

Nascido em 14 de junho de 1894, em Moquegua, capital da província de mesmo nome, uma pequena cidade ao sul de

Lua Nova, São Paulo, 68: 169-204, 2006

Lima, José Carlos teve de enfrentar grandes dificuldades desde a infância. Filho de Francisco Javier Mariátegui y Requejo, um *criollo* da aristocrática elite limenha, funcionário do *Tribunal Mayor de Cuentas*, e de Amalia La Chira Ballejos, uma mesitiça católica de origem humilde, que trabalhava como costureira para sustentar o lar, o menino José Carlos – que desde cedo sofrera de inanição e formação física defeituosa, com cansaço, febres e dores constantes – teve pouco acesso a uma educação formal. Foi basicamente um autodidata por toda a vida. Quando tinha oito anos de idade, numa brincadeira de escola, recebeu um forte golpe no joelho esquerdo. Seu tratamento na clínica de freiras *Maison de Santé* durou quatro meses e, pelos dois anos seguintes (alguns autores aumentam esse período para quatro anos), convalesceu em casa aos cuidados da mãe. Ficaria manco durante a maior parte de sua existência. Já adulto, teria uma de suas pernas amputada. Ou seja, praticamente não freqüentou a escola, conseguindo apenas completar o primeiro ano do ensino fundamental. Em outras palavras, não teve *nenhuma* formação escolar, ainda que haja quem diga, sem comprovação documental, que ele teria concluído o equivalente ao primeiro grau.

É bom lembrar que, em 5 de dezembro de 1905, uma nova lei foi aprovada pelo Congresso, ampliando o ciclo de educação “primária” de três anos para cinco anos. Deste período de estudos, dois anos seriam realizados nas “*escuelas elementales*”, do Estado, e o restante nos “*centros escolares*”, onde os alunos também podiam aprender alguns ofícios. A partir de uma resolução do governo, seria adotado um novo método no ensino fundamental, dando ênfase à intuição e aos métodos de estudiosos como Comenio, Francke e Froebel. Já o secundário, que antes compreendia seis anos, foi modificado e reduzido para quatro anos. O estilo “*enciclopédico*” inspirado no modelo francês seria então radicalmente alterado para o sistema norte-americano de *high schools* a partir daquele momento.

Depois de seu acidente, em 1902, quando cursava a metade do segundo ano primário, José Carlos não voltaria mais ao ambiente escolar. Assim, o jovem Mariátegui, por motivo da enfermidade e por dificuldades financeiras, abandonará cedo a escola para se cuidar e, posteriormente, para trabalhar e ajudar no sustento da família. Suas primeiras leituras ocorrerão na escolinha de seu bairro, na cidade de Huacho, e depois, durante a internação na clínica administrada pelas madres da ordem de São José de Cluny, na capital. Talvez pela solidão e isolamento, ganhará gosto pelos livros. Na época de seu longo tratamento, imobilizado em seu quarto, já em casa, irá devorar as obras encadernadas em couro, com os títulos em letras douradas, de parte da biblioteca deixada por seu pai, biblioteca esta que havia sido antes do bisavô paterno de José Carlos, o liberal maçom Francisco Javier Mariátegui y Tellería, antigo secretário do Primeiro Congresso Constituinte do Peru, tribuno e conhecido jornalista. Como a família materna, extremamente religiosa e mística, o ramo dos Mariátegui de Lima também seguia à risca os preceitos do cristianismo, apesar das atitudes polêmicas do bisavô, que repudiava publicamente vários rituais católicos e defendia a separação total do Estado e da Igreja. Mas José Carlos, influenciado pela mãe, associará por bastante tempo a idéia de “anti-religiosidade” a todo o lado paterno da família. Mais tarde, irá admirar a certa distância, com uma aproximação restrita e reticente, em encontros esporádicos, seus aristocráticos e elegantes parentes da capital, e, de alguma forma, tentará imitar sua pose e seus costumes. A infância e adolescência do Amauta, na prática, representaram anos de ambigüidades e buscas estéticas, religiosas, familiares e depois, profissionais.

O jovem Mariátegui lerá os livros de forma errática e assistemática. Entre os autores favoritos daquela época estão Charles Baudelaire, Rufino Blanco Fombona, Luís Benjamín Cisneros, Anatole France, Enrique Gómez Carrillo, Rubén Darío e o escritor mexicano Amado Nervo. Estuda

o francês e se aprofunda em textos bíblicos, nos clássicos da literatura – como a *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, por exemplo – e em biografias de grandes personalidades políticas, como Garibaldi e Mazzini, estas narradas por um *bodeguero* italiano que vivia próximo de sua casa. Já se percebia nessa fase um nítido interesse por figuras “heróicas”, que, a seu ver, lutavam contra as injustiças do mundo, como o bandoleiro romântico Luís Pardo, e, mais tarde, o socialista espanhol Pablo Iglesias.

Ainda garoto, acompanhava a mãe em suas visitas a residências particulares, onde ela prestava serviços de costureira. Enquanto ela trabalhava, o menino José Carlos lia as revistas e livros que pedia emprestado dos patrões. Ele não conseguia sequer participar dos mais simples jogos e brincadeiras com outras crianças. Seu estado físico, *possivelmente* resultante de uma tuberculose articular ou de uma osteomelite crônica (ainda há controvérsias sobre o assunto), certamente contribuiu para que se dedicasse cada vez mais aos livros *em geral*, desde os folhetins até os clássicos.

Nunca chegou a conhecer o pai, um de seus traumas de juventude. Em sua busca constante e sem sucesso pelo progenitor, que havia abandonado a família, se aproximará mais do lado materno e reforçará sua religiosidade. Por esse motivo, escreverá poemas repletos de misticismo.

Na adolescência, começa a trabalhar no jornal *La Prensa* como entregador, assistente gráfico e linotopista, com uma jornada fatigante de 14 horas por dia, enquanto, nas horas de folga, apesar do esgotamento físico, se encontra com amigos e discute as idéias de Bakunin, Proudhon, Ferrer e Kropotkin. Também participa de reuniões de clubes anarquistas e conhece pessoalmente Manuel González Prada, um de seus “mestres” daquela época. Mariátegui, que já havia lido *Horas de lucha e Presbiterianas*, admirava o velho intelectual, principalmente por sua atividade literária, apesar de sentir certo desconforto e ter sérias restrições ao

seu perfil e às atitudes anticlericais e anti-religiosas que o haviam tornado famoso. Só não irá se considerar *plenamente* um discípulo de González Prada por causa de sua arraigada fé religiosa. Mas algumas idéias do “anarquista” veterano, um dos pioneiros do moderno “indigenismo” peruano, certamente irão influenciar o futuro jornalista. Mariátegui será um freqüentador assíduo da biblioteca particular de González Prada, com quem passava horas conversando sobre seus escritores favoritos. Muito amigo de Alfredo, filho de *Don* Manuel, com quem se encontrava sempre, aumentou seus conhecimentos de francês e literatura, trocou informações sobre poesia e política e foi apresentado a alguns jovens colegas, que mais tarde viriam a se tornar importantes personalidades no mundo das letras de seu país.

Começou a publicar artigos jornalísticos a partir de 1911, utilizando o pseudônimo de Juan Croniqueur. Nesse período, designado pelo próprio Mariátegui de “a idade da pedra”, colaborará com diversas revistas e jornais, como *El Tiempo* – publicação acusada de “bolchevique” por alguns –, *Mundo Limeño*, *El Túrf* e *Lulú*. Também ajudará a fundar, juntamente com Abraham Valdelomar, Percy Gibson e José Maria Eguren, entre outros, a revista modernista *Colónida*, na qual publicará poemas, escreverá peças de teatro e contos, e será considerado basicamente um cronista do cotidiano, com textos leves, que iam de crônicas policiais ao columismo social, em revistas femininas. Alguns de seus amigos *colonidistas* eram, como o próprio Amauta, antiacadêmicos, antioligárquicos, iconoclastas, polêmicos, autodidatas, rebeldes e até mesmo, em alguns casos, um pouco esnobes. Para eles, as universidades eram feitas para grupos privilegiados, dominadas pelas elites econômicas e “intelectuais”, que as usavam para perpetuar seu aristocratismo. Em outras palavras, a universidade estava, na prática, descolada da realidade nacional, isolada das massas populares. Assim, não havia um *real* comprometimento com o país como um

todo. Seria fundamental, portanto, envolver as instituições de ensino superior na vida nacional. José Carlos também foi, naquele período, um dos criadores de *Nuestra Época* e, em seguida, do *La Razón*.

Em realidade, a partir *principalmente* de 1918, pode-se perceber uma gradual tendência do jovem periodista em direção ao socialismo. Ele ainda tateava seu caminho, mas lentamente ia se aproximando de idéias marxistas, ainda que não tivesse o instrumental teórico nem a formação política necessários para elaborações mais sofisticadas da realidade. Publicará artigos sobre temas políticos e sociais, como aqueles contra o militarismo ou os que critica o Partido Civilista e o governo Pardo; será eleito vice-presidente do “Círculo de Periodistas”; participará da formação de um Comitê de Propaganda Socialista e apoiará o movimento operário em greve na capital¹.

174

A situação do Peru

O Peru da época de Mariátegui era um país que se “modernizava” rapidamente. Após a derrota na guerra contra o Chile (1879-1883), é possível perceber uma rápida reestruturação da composição econômica nacional. Em 1886, o empresário Michael Grace propõe o cancelamento da dívida do país andino em troca da concessão da rede ferroviária aos estrangeiros que tivessem títulos peruanos, por um prazo de 75 anos, tendo estes a obrigação de ampliar e modernizar as estradas de ferro em todo seu território. O Congresso aprovou o contrato em 1889, cedendo as ferrovias aos interesses externos por 66 anos, como também liberando a navegação no lago Titicaca e fornecendo três milhões de toneladas de guano à *Peruvian Corporation of Lon-*

1. Para mais informações sobre o jovem Mariátegui, ver Batalla, 1985; Wiesse, 1987; Rouillon, 1975; Chang-Rodriguez, 1986; Mariátegui, 1987b; e Tauro, 1978b.

don. A dívida externa seria cancelada. O governo do general Andrés A. Cáceres, comandante geral da quinta divisão do exército do centro, assim, foi o responsável pelo começo da dinamização capitalista no país.

Logo em seguida, contudo, disputas políticas acirradas e uma boa dose de oportunismo levaram Nicolás de Piérola, que já havia sido presidente entre 1879 e 1881, novamente ao poder. Ao voltar do exílio, em 1895, o aristocrático político de tendência ultracatólica, antiliberal e caudilhista, líder e fundador do Partido Democrata, apoiado por setores influentes dos latifundiários *sureños*, pela alta cúpula da Igreja e pela classe média, lança um ataque contra o “legendário” Cáceres, chefe do Partido Constitucional e “herói” da batalha de Tarapacá, com o apoio de soldados irregulares, e obriga o mandatário a renunciar. Cáceres, “o bruxo dos Andes”, como ficou conhecido, seria anos mais tarde promovido a marechal e escolhido como o futuro patrono da infantaria peruana. Ele foi, efetivamente, o grande líder e organizador da resistência de sua nação durante a guerra.

Naquela época, o Peru presenciava uma crise monetária sem precedentes. Desde o início da década de 1890, especialmente por causa do abandono do padrão-prata e da adoção do padrão-ouro no mercado mundial, pôde-se notar uma sucessão de crises econômicas. Já no período eleitoral, alguns meses depois de Piérola assumir o poder, haverá uma aliança do novo Chefe do Executivo com o Partido Civilista, seu inimigo tradicional. Seria a tentativa de um governo de consenso, que resultaria em reformas que iriam, consequentemente, desembocar na gradual recuperação da economia nacional. O carismático caudilho, inaugurador da chamada “República Aristocrata”, impôs uma série de medidas nesse sentido: a redução drástica dos efetivos militares, desmobilizando o exército e contratando uma missão francesa para reestruturar as forças armadas (alguns anos depois, instituiu o serviço militar obrigatório e ampliou substancialmente o

número de soldados); uma reforma nos mecanismos econômicos do Estado, aperfeiçoando o sistema tributário, abolindo taxas alfandegárias sobre alguns produtos de exportação e aumentando impostos sobre produtos importados; a abolição da taxação abusiva dos índios; a adoção do padrão-ouro no país; a criação do Ministério do Desenvolvimento; e a revisão de várias leis antiquadas, que freavam a expansão capitalista no Peru.

Esse foi também o período em que começou a transição do domínio dos investimentos ingleses para o norte-americano. A partir do início do século XX, as companhias dos Estados Unidos, entre elas a *Cerro de Pasco Corporation* e a *International Petroleum Corporation*, começam a monopolizar a produção de alguns setores exportadores importantes, como a indústria mineira e a do petróleo, por exemplo. A promulgação do novo Código de Minas, em 1901, a criação de um corpo de engenheiros, em 1902, e a inauguração da ferrovia entre La Oroya e a Cerro de Pasco claramente contribuíram para o impulso do setor mineiro. Daí em diante, começou-se a explorar bismuto na mina San Gregorio, enxofre em Sechura, níquel em Ayacucho, assim como antimônio, tungstênio e molibdênio em outras localidades. Em relação ao petróleo, enquanto havia 200 poços no território peruano em 1906, o número cresceu para 747 em 1914, aumentando substancialmente a produção do país. Já em 1906, havia 89 metalúrgicas, 23 fundições, duas refinarias de petróleo e uma de enxofre. O aumento na produção de minérios, de forma global, foi significativo. De 1903 a 1917, o volume de cobre produzido foi de 9.497 toneladas para 45.176 toneladas, o de carvão, de 36.920 para 353.595 toneladas, e o de petróleo, de 303.000 barris para aproximadamente 2.578.000 barris. A produção, em geral, estava nas mãos das companhias estrangeiras. O açúcar e o algodão também foram produtos que interessavam às empresas do Velho Mundo ou do “Colosso do Norte”, ainda que boa parte das *haciendas* “modernizadas”

estivesse nas mãos da elite agrária peruana ou de filhos de imigrantes que, não obstante, recebiam financiamentos de casas de comércio estrangeiras.

Na prática, o capitalismo monopolista não tinha interesse *de facto* nem no incremento da indústria endógena nem no mercado interno do Peru. Seu objetivo era essencialmente o mercado externo, investindo nos produtos mais rentáveis internacionalmente. Esses “enclaves”, articulados entre si pelas ferrovias e utilizando técnicas modernas, tentarão não entrar em conflito com as formas de organização tradicional das comunidades indígenas ou de alguns latifundiários retrógrados. Ou seja, utilizarão as antiquadas relações pré-capitalistas no campo para aproveitar ao máximo o trabalho dos camponeses indígenas, elevando a taxa de rentabilidade do patronato e facilitando a acumulação de capital, que será reinvestido em determinados ramos da economia que se mostravam mais lucrativos aos investidores. Em outras palavras, isso gera o atraso econômico de grande parte da população controlada pelo capital imperialista, que implanta técnicas avançadas, enquanto, ao mesmo tempo, preserva relações sociais “injustas” para perpetuar seu domínio e aumentar seus ganhos.

O crescimento dos latifúndios terá como conseqüência a ampliação da massa assalariada no campo e o aumento de uma burguesia rural, monopolizando as propriedades e os recursos da população *campesina*. Nesse sentido, será aprofundado o sistema de *enganche*, no qual os contratadores, em geral fazendeiros da região ou seus assistentes, recrutavam a mão-de-obra camponesa indígena, através de pagamento adiantado, conseqüentemente obrigando os empregados a manter um vínculo com o patronato por causa da dívida inicial. Ou seja, um nítido caso de servidão.

É claro que boa parte do trabalho no campo e nas minas era sazonal. Assim, na época de entressafras, uma quantidade significativa de *peones* e agricultores se deslocava para os cen-

etros mineiros, onde podia receber salários nos períodos em que não participava das colheitas. Esse movimento do campo para as áreas mineiras – onde os trabalhadores viviam em acampamentos da companhia e também eram sobremodo explorados –, até sua aproximação com o movimento operário urbano, certamente ajudou a aumentar a consciência de classe do campesinato indígena. Mas essa reorganização das fazendas, realizada por grandes empresas como a *Cerro de Pasco Mining Company*, a *Ganadera de Cerro de Pasco*, a *Casa Grande*, a *Pomaca* e a *Fernandini*, irá, contudo, desarticular boa parte da força de trabalho tradicional de algumas regiões. Ao “modernizar” as *haciendas*, contratos serão rompidos e camponeses serão expulsos de suas terras, sendo obrigados, assim, a se proletarizar nos centros urbanos. Por sua vez, os núcleos da burguesia peruana, muito longe de constituir uma casta nacionalista e empreendedora que pudesse impulsionar um verdadeiro modelo de desenvolvimento “autônomo”, eram na prática dependentes ou sócios da burguesia industrial dos países de capitalismo avançado. O Estado oligárquico que se consolida nesse período, de caráter semicolonial e defensor das classes privilegiadas, portanto, ainda irá manter as características *gamonalistas* das elites rurais aristocráticas, continuando sua dependência dos interesses estrangeiros.

A população peruana crescia rapidamente. Dos 2,7 milhões de habitantes em 1876, o número de cidadãos aumentou para 3,5 milhões em 1908 e chegaria a 4,8 milhões em 1920, enquanto a capital, Lima, seria responsável por um crescimento populacional ainda mais agudo. Entre 1908 e 1920, a população, composta de *criollos*, de migrantes do interior, camponeses, imigrantes estrangeiros (entre eles, muitos italianos e chineses), funcionários públicos e operários, cresceria de 141.000 para 224.000 habitantes, tornando aquela metrópole o principal centro financeiro e administrativo do país. A primeira “favela” limenha começaria a surgir em seus arredores em 1903, ainda que a infra-estrutura da cidade, de

forma geral, claramente melhorasse, com o incremento do saneamento e dos serviços de saúde. Em 1902, por exemplo, foi instalado o sistema de iluminação urbano e, até 1905, todos os bondes de tração animal foram trocados por bondes elétricos. Naquele período, os primeiros automóveis a gasolina começavam a transitar em suas ruas e avenidas.

A classe operária se consolidava. Com o incremento dos investimentos no setor industrial, principalmente em Lima e Callao, e a constituição de novas fábricas, como as indústrias têxteis e de alimentação, o número de trabalhadores urbanos se eleva substancialmente. Dos 24.000 operários em 1908, a cifra chegará a 44.000 em 1920, só na capital. Para se ter uma idéia, apenas na *Fábrica Nacional de Tejidos Santa Catalina*, a mais importante do país, trabalhavam 700 operários. Com a melhor organização dos trabalhadores surgirão federações *obreras*, sociedades de socorro mútuo, grêmios anarquistas e anarco-sindicalistas e jornais proletários. As agitações, manifestações e greves se sucederam entre 1910 e 1919, tornando-se maiores e mais disciplinadas, enquanto levantes e rebeliões camponesas ocorriam no campo, como a famosa revolta liderada por Teodomiro Gutiérrez Cuevas, também conhecido como Rumi Maqui, ou “Mão de Pedra”, que em 1915 organizou um “exército” de indígenas, atacou fazendeiros e realizou diversas ocupações de terra. Foi detido pelas autoridades e exilado na Bolívia, de onde também foi expulso, indo para a Argentina, unindo-se a grupos de militantes anarquistas. Foi um dos precursores do movimento indigenista.

Nem o primeiro governo de José Pardo (1904-1908), nem o de Augusto B. Leguía (1908-1912) conseguiram resolver estes problemas. O mandato de Guillermo E. Billinghurst – um político paternalista, envolvido com a produção de nitrato e que fora prefeito de Lima, com o apoio massivo do proletariado limenho – defendia medidas populistas que agradavam às camadas menos favorecidas da população. Sua plataforma era melhorar as condições de habitação e educa-

ção dos operários, legalizar o direito de organização, baratear o preço dos alimentos e flexibilizar as greves. Certamente não agradou aos setores mais conservadores da oligarquia peruana, que viam na sua figura uma perigosa aproximação com os trabalhadores, como também descontentou os militares, não só por suas negociações com os chilenos sobre a posse de Tacna e Arica, como também por seus esboços de redução drástica das verbas do orçamento para as Forças Armadas. Mesmo com o apoio popular e do “*Club Juventud Billinghursta*”, fundado poucos anos antes por seu secretário particular, o poeta Abraham Valdelomar, na Faculdade de Letras da Universidade de San Marcos, o governante foi deposto por um golpe encabeçado pelo general Oscar Benavides, em 1914, que fica no poder provisoriamente, abrindo o caminho para a volta de José Pardo à presidência. Durante o novo mandato de Pardo (1915-1919), o custo de vida em Lima praticamente dobrou, os salários não subiram, houve escassez de determinados produtos alimentícios e uma diversidade de greves ocorreu na capital e no interior, com a consequente radicalização dos órgãos de repressão. A grande greve geral de 1919, quando os trabalhadores da principal cidade peruana exigiram a jornada de trabalho de oito horas e o barateamento dos preços dos alimentos, foi o ápice das tensões entre governo e proletariado, e representou o desgaste definitivo do modelo defendido pelos civilistas².

O debate sobre a universidade

No setor estudantil também começava a haver uma grande agitação dos jovens, principalmente na Universidade de San Marcos, o maior centro de ensino superior do país. No começo do século XX, o modelo francês nos ensinos fun-

2. Para mais informações sobre a “formação” do Peru contemporâneo, ver Quijano, 1982; Donghi, 1983; Ministerio de Educación Superior, 1981; Chavarría, s.d.; Ferreira, 1971; Grigulévich, 1988; Godio, 1979; Bao, 1989; e Illan, 1974.

damental e secundário é trocado pelo sistema norte-americano. Mas a instrução de nível superior continuou sendo regida pelo estilo europeu. Um grande debate sobre a reestruturação acadêmica ocorrerá naqueles anos. Enquanto alguns defendiam um ensino mais científico e positivista, aumentando os laços entre a educação e a economia, ao preparar indivíduos eficientes e técnicos que pudessem ampliar as riquezas materiais, outros insistiam em manter no meio acadêmico uma orientação da instrução baseada nos valores “humanistas” e “filosóficos” que prevaleciam até aquele momento. Em 1917, os deputados peruanos, em intensas discussões no Congresso, percebem a crise no ensino superior e a aparente necessidade de uma profunda transformação de todo o sistema. Após um acalorado debate envolvendo políticos e intelectuais, é criada uma comissão parlamentar para analisar a situação e elaborar um novo plano educacional que tentaria: resolver questões administrativas, com intuito de sanar as deficiências de preparo dos docentes; criar mecanismos para separar a educação das influências de partidos políticos; realizar uma reforma nos métodos de ensino, com a constituição de escolas agrícolas e domésticas para atender às necessidades da população indígena no campo; e finalmente, implantar o sistema norte-americano nas universidades. Ou seja, uma mudança de rumo no que se refere à formação principalmente de literatos ou advogados, para a criação de uma casta de “técnicos” que deveriam posteriormente gerir o Estado ou ajudar na criação de riquezas no país.

Na mesma época, o movimento estudantil de tendência mais esquerdistas e radical começa a se agitar, em grande medida inspirado pela Reforma Universitária argentina. O principal centro dos protestos era a Universidade de San Marcos. Em 1917, o jovem Haya de la Torre é eleito secretário e em seguida diretor do Centro Universitário de Trujillo. Enviado para participar como delegado na FEP (Fede-

ração de Estudantes do Peru), fundada no ano anterior, em Lima, ele ajudará a aproximar o estudantado do movimento operário, ao ser escolhido como um dos membros universitários no Comitê de Greve dos trabalhadores da capital. Enquanto isso, Haya já mantinha relações com os líderes da Reforma Universitária da Argentina. Em 11 de abril de 1918, havia sido fundada a Federação Universitária Argentina, com delegados das cinco mais importantes instituições de ensino superior da nação rio-platense. A “Federação” decide convocar o Primeiro Congresso Nacional de estudantes universitários entre 20 e 31 de julho de 1918 em Córdoba, em que divulgariam seu famoso manifesto incitando os “homens livres” do continente a uma profunda renovação do meio acadêmico. A crise do pós-guerra na Europa, a revolução russa, a desilusão e a falta de perspectivas de distintos setores sociais dos diferentes países latino-americanos, a necessidade de afirmação de uma identidade nacional, as transformações econômicas locais, o aumento da industrialização e da classe operária e o desejo de incorporação de novos elementos da pequena burguesia e classe média de forma *efetiva* na vida nacional foram alguns dos motivos causadores das reformas iniciadas em Córdoba e que iriam influenciar o estudantado no resto da região. Para conseguir essa suposta “redenção espiritual” nas universidades, os estudantes argentinos propunham elevar o nível cultural da população, com mudanças nos métodos de ensino e incentivando a educação popular. O Congresso Nacional de Córdoba decidiu que a reforma deveria incluir a participação dos estudantes no governo universitário, ou seja, constituir um Conselho das Faculdades do qual participassem todos os professores titulares e substitutos, um representante dos estudantes e um representante dos graduados. A vinculação dos já formados na direção, assim, estaria garantida. Também era a favor da liberdade de assistência nas aulas; da livre-docência; da periodicidade da cátedra; da divulga-

ção dos atos universitários; da extensão universitária, com a constituição de Universidades Populares; da ajuda social aos estudantes; de um sistema que atentasse para as particularidades locais e regionais; e de uma orientação social, para que as universidades pudessem trabalhar para resolver os problemas nacionais.

A influência do movimento argentino rapidamente chegou até o Peru. Os protestos começaram em maio de 1919 nas Faculdades de Filosofia, História e Letras da Universidade de San Marcos, após as demandas estudantis terem sido recusadas pelo decano Alejandro C. Deustua, e se espalharam pelas outras faculdades, que iriam aderir à greve operária. O aumento das tensões fará com que o presidente Pardo, ele próprio ex-reitor da San Marcos, decida fechar a universidade em julho daquele ano.

Com Leguía no poder, há uma tentativa de instrumentalizar o movimento e utilizá-lo para fins políticos. É bom recordar que os estudantes limenhos, em 1918, haviam conseguido nomear Leguía o “*Maestro de la Juventud*”, assim como demonstravam claramente sua oposição ao modelo imposto pelo Partido Civilista. Após o golpe preventivo, o novo mandatário irá aproveitar o ambiente conturbado nas universidades para apoiar as reivindicações estudantis, conseguindo, ao mesmo tempo, livrar-se dos antigos professores civilistas do meio acadêmico. Em seguida, a Assembléia Nacional, em setembro e outubro de 1919, aprovará as leis da Reforma Universitária, em grande medida inspiradas no modelo argentino. Essas leis defendiam a cátedra livre; a abolição das listas de presença e a consequente assistência livre; a eliminação dos cargos vitalícios; a criação de bolsas de estudo para alunos pobres; a participação dos estudantes no governo da Universidade; o concurso obrigatório para a ocupação do cargo; e a expulsão de 24 professores indicados pelos universitários. Em outubro daquele ano, Haya seria eleito presidente da Federação dos Estudantes.

O movimento pela reforma universitária, na verdade, representa a denúncia do velho sistema educativo, o surgimento de novos atores sociais no painel político-nacional e uma tentativa de ruptura com o passado aristocrático, elitista e classista na Academia, abrindo a possibilidade, mesmo que restrita, para mudanças políticas mais profundas³. Mariátegui acompanha os eventos, mas não se envolve diretamente na questão. Seu jornal, o *La Razón*, contudo, de tendência *obrerista* e popular, irá defender as lutas dos operários e dos universitários. Os dirigentes estudantis irão reconhecer a campanha do periódico e enviarão uma carta, assinada por Manuel Seoane e Ricardo Vegas García, secretário do Comitê Executivo dos Alunos da Faculdade de Letras de San Marcos, na qual darão um “voto de aplauso” aos jornalistas por seu apoio ao movimento grevista. Desde que trabalhava no *La Prensa*, contudo, Mariátegui já recebia para conversas na redação do diário importantes líderes operários, assim como universitários, que iriam fundar a Federação de Estudantes, como Humberto Solary, Hernando de Lavalle e Fortunato Quesada, que se tornaria mais tarde o presidente da organização. Mesmo sendo “antiacadêmico”, Mariátegui conseguia perceber a importância da união entre estudantes e trabalhadores.

Em realidade, a atitude de José Carlos em relação ao meio acadêmico é, em certa medida, ambígua. Alguns de seus melhores amigos e conhecidos, como Alfredo González Prada, Abraham Valdelomar e Haya de la Torre, eram universitários. O próprio Amauta chegou a matricular-se como aluno especial em cursos de latim e filosofia escolástica na Universidade Católica, na capital. Até mesmo a escolha daquela instituição, fundada pelo padre francês George

3. Para mais informações sobre a Reforma Universitária no Peru, ver Chang-Rodríguez, 1957; Mariátegui, 1988c e 2003; Alberto Tauro, 2003: 9-17; e Messeguer Illán, 1974.

Dintilhac, mostra uma opção ao mesmo tempo “academista” e religiosa. Teve aulas com o padre espanhol Martín Vélez, um sacerdote agostiniano, de quem lia seus textos e que admirava entusiasticamente. Ficou pouco tempo naquela universidade. Ele certamente se decepcionou com seu ambiente antiquado e conservador.

Decidiu, naquela instância, participar de conversas informais e aulas “livres” ministradas pelo amigo e professor de Direito, deputado, diplomata e jornalista, Víctor Maúrtua, então entusiasmado pela revolução russa e pelas doutrinas socialistas. Ele influenciou bastante José Carlos na idéia de que os artistas e os cientistas deveriam estar vinculados às lutas dos trabalhadores e estudantes, e que estes teriam de ser, antes de tudo, divulgadores e educadores do povo. Ou seja, deveriam ajudar a transformar o mundo e a constituir o “homem novo”. Esses discursos certamente afetaram o jovem jornalista. É nessa época que ele começa a aproximar-se da obra de Marx e de Sorel e seus mitos revolucionários.

A crítica de Mariátegui ao governo Leguía aumentava, o que fez que o ditador se decidisse por tirar de cena seu popular opositor. Convencido por Enrique Piedra e Focón Mariátegui, o presidente ofereceu ao Amauta a possibilidade de ir viver na Europa, onde trabalharia como “agente de propaganda jornalística” do governo, recebendo uma “bolsa” mensal do Ministério das Relações Exteriores. Seria, na prática, uma forma de “exílio” dissimulado. Entre ir para a prisão ou morar no Velho Continente, José Carlos, mesmo criticado por alguns setores da esquerda, preferiu conhecer de perto a realidade européia.

Assim, no final de 1919, chegou à França, onde ficou apenas quarenta dias, seguindo então para a Itália, onde viveria por dois anos e meio. Naquele país, se casou com uma jovem italiana, teve um filho, acompanhou pela imprensa as greves nas fábricas, assistiu ao XVII Congresso do Partido Socialista em Livorno e à ascensão do fascismo.

Naquela época, também tentou fundar um núcleo socialista, sem sucesso. Ainda morou por alguns meses na Alemanha, retornando ao Peru em fevereiro de 1923 e chegando à capital em março daquele mesmo ano. Foi na Europa que, de fato, o preparo intelectual do Amauta deu um salto: aprofundou-se nas teorias em voga na época, leu revistas, jornais e livros de autores importantes, como Croce, Tilgher, Keynes, Lênin, Gobetti e Sorel, conheceu personalidades literárias e políticas da época, continuou a publicar artigos jornalísticos para o *El Tiempo*, o diário do qual era correspondente, assim como começou a preparar textos teóricos mais elaborados.

Enquanto Mariátegui estava na Europa, contudo, os estudantes continuavam se organizando em seu país. Com a intenção de ampliar as reformas no ensino superior e levar seus benefícios para o resto do Peru, a Federação de Estudantes resolveu convocar um Congresso em Cuzco, que foi realizado entre 11 e 20 de março de 1920, do qual participaram representantes de *todas* as universidades peruanas. Foi nesse encontro que se decidiu efetivamente constituir as Universidades Populares, uma proposta de Abraham Gómez, que recebeu o enérgico apoio de Luis Bustamante e Haya de la Torre na ocasião. O objetivo deste centro de ensino seria o de promover um “ciclo” de cultura geral, com caráter “nacionalista”, e outro “ciclo” de especialização técnica, abrindo a universidade para o proletariado e para as camadas mais pobres da população, criando assim a possibilidade de uma maior democratização no ensino e o aprimoramento do nível educacional e crítico dos trabalhadores.

Em outubro daquele ano, o novo presidente da FEP, Juan Francisco Valega, deu a Haya a importante tarefa de implementar o projeto. Assim, em 22 de janeiro de 1921, era inaugurada a primeira Universidade Popular, na própria sede da Federação, com poucos recursos financeiros. Os investimentos eram na maior parte provenientes da Universi-

dade de San Marcos; uma parcela menor vinha da Faculdade de Medicina. A nova universidade, que tinha em Haya de la Torre seu primeiro reitor, oferecia, inicialmente, os cursos de geografia e história social. A segunda universidade foi inaugurada em Vitarte, e, em seguida, outras surgiram em Lima, Salaverry, Barranco, Arequipa e Cuzco, todas funcionando de maneira precária e onde predominavam idéias anticlericais, anarquistas e conspirativas. Em 1922, estas instituições receberam o nome de Universidades Populares González Prada, tendo em seus quadros professores como Raúl Porras Barrenechea, Jorge Basadre, Oscar Herrera, Manuel Abastos e Chávez Herrera, entre muitos outros.

Depois de uma viagem por vários países da América do Sul, como o Chile, o Uruguai e a Argentina, nos quais participou de eventos estudantis e operários, dando palestras e representando a FEP, Haya retornou ao Peru em meados de junho daquele ano e aumentou suas críticas e ataques ao governo Leguía. Recebeu do ditador o convite para estudar na Inglaterra, financiado pelo regime, mas não aceitou. Pouco depois foi a Trujillo, cidade onde criou as condições para a fundação de uma universidade popular. Com o aumento das atividades de Haya contra o governo, o presidente lhe ofereceu uma grande quantidade de dinheiro e uma pensão volumosa por mês em troca de um exílio “voluntário”, algo que mais uma vez recusou.

Em 23 de maio, por causa da consagração do Peru ao Sagrado Coração de Jesus e ao arcebispado de Lima, foi organizado um grande protesto popular contra o mandatário. A repressão policial foi dura, tendo como resultado o assassinato de um motorneiro e de um estudante. Mariátegui, já de volta à capital, preferiu não participar das manifestações, *talvez* por seu respeito aos assuntos religiosos, ainda que argumentasse que, na prática, acreditava que aquela era uma luta “liberalizante”, sem sentido revolucionário. Em seguida, contudo, convidado por Haya para dar aulas

na Universidade Popular González Prada de Lima, concordou. Começou seus cursos e conferências intitulados “A crise mundial”, sobre atualidades políticas internacionais, em junho daquele ano, com sua classe repleta de alunos, em sua maioria, operários. Na ocasião, tentará mostrar aos trabalhadores as limitações das concepções anarquistas, criticará os anticlericalismo, a imprensa do país e a falta de bons professores de nível superior e de grupos socialistas e sindicalistas que fossem “donos de instrumentos próprios de cultura popular e aptos, portanto, para criar no povo interesse no estudo da crise”. Tentará “ganhar” seu público para uma interpretação marxista da história do Peru e para a causa socialista: será quase um trabalho de “conversão” política. Nesse sentido, considerará como missão das Universidades Populares a constituição de uma cultura revolucionária. Naquela época também foi apresentado por Haya de la Torre a vários militantes da Federação⁴.

188

Nas eleições da FEP, em outubro de 1923, Haya foi novamente escolhido presidente da organização. Durante o pleito, entretanto, ele foi preso e, na seqüência, expulso do país. Muitos professores e estudantes, na ocasião, tentaram impedir a deportação, cogitando até mesmo a convocação de uma greve geral, sem sucesso. Numa dessas reuniões “conspiratórias”, a polícia prendeu todos os participantes, inclusive o próprio Mariátegui, também intensamente envolvido naquelas discussões.

O ditador Leguía e os governos locais se tornavam gradualmente mais agressivos em seu combate aos estudantes. Na província de Trujillo, as autoridades *departamentales* aumentavam sua pressão sobre vários docentes para que rejeitassem as propostas dos universitários, acirrando a repressão contra a FEP, com a destruição de suas sedes e

4. Ver Vegas, 1989: 43-46.

locais de reuniões. O ditador tentou fechar as Universidades Populares em Lima, Trujillo, Arequipa e Cuzco. Houve dissoluções de manifestações e a ocupação da Universidade pelas Forças Armadas. E várias detenções de professores, estudantes, intelectuais e trabalhadores.

Antes de sair do Peru, Haya irá designar o Amauta como diretor interino da revista *Claridad*, publicada por ele, na prática, o órgão oficial das Universidades Populares. Com Mariátegui na direção desta publicação, a revista se radicaliza e começa a ser considerada o “órgão da Federação Operária Local de Lima e da Juventude Livre do Peru”. Ele ainda fundará a Sociedade Operária *Claridad*, representante das federações de trabalhadores e indígenas, das Universidades Populares González Prada e dos intelectuais de vanguarda e que tinha como objetivo a publicação de um jornal classista, para disseminar os anseios do proletariado, assim como o de abrir livrarias operárias e editar livros, folhetos e revistas de propaganda que difundissem a cultura das classes menos privilegiadas. Ou seja, um trabalho de divulgação e conscientização dos trabalhadores. A partir daí, José Carlos torna-se provavelmente a figura de esquerda mais conhecida e importante do país. Ao longo dos anos, sua casa transforma-se no principal local de encontro de intelectuais, artistas, operários e estudantes.

Em janeiro de 1924, dá seu último curso na Universidade Popular. Teve sua perna amputada poucos meses depois.

Em 1925, a Federação decide propor o nome de Mariátegui para ocupar uma das cátedras da Universidade de San Marcos, sem êxito. A má vontade do reitor, a falta de titulação acadêmica do Amauta, assim como seu frágil estado de saúde o impediram de dar aulas naquela instituição. Mesmo assim, ele continuou com grande interesse nas questões da educação, escrevendo vários artigos sobre o assunto.

A questão do ensino no Mariátegui publicista

Aquela foi uma época intensa para Mariátegui. Ainda em 1925, funda, com seu irmão Julio César, a Editora Minerva. Publicou seu primeiro livro, *La escena contemporánea*, naquele mesmo ano e, em 1928, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, sua obra mais importante⁵.

Desde o seu retorno ao país até o final de sua vida, tornou-se diretor da revista *Mundial*, cuidando da seção *Peruanicemos al Perú*, teve mais três filhos com sua esposa italiana, fundou a revista mensal *Amauta* e o quinzenário *Labor*, continuou publicando artigos em outros jornais da capital e fundou o Partido Socialista e a CGTP (Central Geral dos Trabalhadores do Peru). Foi o principal dirigente das duas organizações.

Como foi dito anteriormente, Mariátegui continuou tendo um enorme interesse pelas questões do ensino. A revista *Amauta* foi um exemplo disso. Ainda que em seus primeiros números tenha se designado como “tribuna livre aberta a todos os ventos do espírito”, uma publicação feita por “homens de vanguarda” e um espaço de debate para a renovação do país, a partir do número 17, com a ruptura definitiva com a APRA, começa a se definir como socialista. Ela era difundida no interior do Peru, em áreas rurais, lida em voz alta para os camponeses e depois transformava-se em objeto de discussão coletiva. Ou seja, não era apenas direcionada para um público intelectualizado, mas também aos camponeses e indígenas, muitas vezes analfabetos ou com pouca instrução formal.

Os artigos especificamente sobre o tema “educação”, em seus distintos aspectos históricos, políticos, pedagógicos e cor-

5. Ver Mariátegui, 1978 e 1985; Valcárcel, 1978: 239-242; Glusberg, 1978: 242-244; Morenza, 1978: 44-249; Torrassa, 1978: 249-251; Felde, 1978: 251-253; Cano, 1978: 253-255; Urquieta, 1978: 255-256; Baudin, 1978: 256-257; Velasco, 1978: 258-259; Doll, 1978a: 259-265 e 1978b: 265-268; Pavletich, 1978: 268-271; Raúl, 1978: 273-292; e Valdivia, 1978: 293-308.

porativos, cobriam em torno de 200 páginas, das 2.334 páginas de todas as edições. Destes, 67% eram sobre a educação nacional e 33% sobre a problemática do ensino no exterior. Colaboradores regulares como Carlos A. Velásquez, Miguelina Acosta Cárdenas, César Acurio, María Judith Arias, Luis E. Galván e José Antonio Encinas, especialistas ou interessados no tema, dedicaram alguns ensaios sobre a educação secundária, superior e indígena.

A Reforma Universitária também foi abordada pela publicação. Os textos, ao mesmo tempo que trazem informações circunstanciais, mostram de forma nítida a postura anticivilista da revista, divulgando também balanços periódicos dos acontecimentos análogos em outros países do continente. Mariátegui sabia claramente das limitações dos estudantes e da própria reforma, mostrando certo ceticismo em relação àquela agitação, que tinha, em grande medida, horizontes estreitos. Seria possível encontrar nas origens da reforma diversos elementos, como as ilusões liberais e pacifistas das prédicas wilsonianas; a formação e subida ao poder da União Cívica Radical na Argentina; e a crescente proletarização da classe média no continente, cada vez com menos possibilidades de ascensão social. Só através da colaboração dos estudantes universitários com os sindicatos operários; da experiência do combate contra as forças conservadoras; e da crítica concreta dos interesses e princípios em que se apoiaava a ordem vigente é que as vanguardas universitárias poderiam alcançar uma orientação ideológica definida.

Do número 12 ao número 16 da revista, José Carlos publicará alguns estudos sobre a problemática do ensino no país. A primeira parte será intitulada “*La reforma universitaria*” e a segunda, “*El proceso de instrucción pública em el Perú*”; mais tarde estes estudos foram agrupados, reordenados e incluídos, com pequenas revisões e alterações, nos *Sete ensaios*, com o título “*Proceso de instrucción pública*”. Mesmo só representando 1% de tudo o que foi publicado sobre educação na *Amauta*, a Refor-

ma Universitária teve grandes repercussões no pensamento de Mariátegui. A questão *específica* do *ensino* para os indígenas, contudo, foi relegada a um segundo plano, ainda que a problemática agrária e indigenista fosse um tema importante na obra do jornalista. Mesmo sabendo que a falta de escolarização dos índios estava estreitamente ligada às questões sociais e econômicas nacionais, ele não se aprofunda na questão. Nesse caso, tem-se a impressão de que, para o autor de *La escena contemporánea*, seria muito difícil manter escolas e professores “progressistas” em colégios indígenas enquanto a nação ainda estivesse marcada pela égide do ambiente “feudal”. Seria uma ilusão, portanto, acreditar que haveria solução para esse problema a curto prazo. A dificuldade em construir um número suficiente de colégios para uma massa gigantesca de cidadãos necessitados de estudo, a miséria do orçamento, a falta de professores e toda a estrutura política, social e econômica atrasada, elitista e preconceituosa, criavam essas dificuldades. Em outras palavras, a questão mais importante seria democratizar e socializar o acesso à terra, a *única* condição para que o índio pudesse melhorar sua situação *como um todo*, tanto no Peru como no continente de forma geral⁶.

É bom lembrar o completo estado de abandono das populações mais pobres do campo pelo governo em Lima. Em 1926, só funcionavam 238 escolas rurais públicas e em torno de 200 escolas particulares. Pelas estimativas da época, entretanto, seriam necessários pelo menos mais 6.000 colégios para suprir a demanda do ensino. Em Ancash, o analfabetismo chegava a 70% e em Puno, a 88% aproximadamente. Mariátegui, em encontros com os delegados dos Congressos Tahuantinsuyo, percebeu que a demanda de educação era uma das prioridades dos indígenas. Uma

6. Para mais informações sobre o tema educação na revista *Amauta*, ver Tauro, 1987; Falcón, 1979; Fell 1994a: 45-51 e 1994b: 53-70.

observação similar foi constatada por Alejandro Franco, membro de uma Comissão Parlamentar que havia percorrido os *departamentos* do Sul do Peru, em 1920, e notado que, desde então, 85% dos reclamos dos camponeiros indígenas eram relacionados ao problema da construção de escolas e contratação de docentes na região e apenas 15%, ligados aos problemas agrários. Durante o Oncenio de Leguía – os onze anos em que permaneceu no poder –, muitas comitivas indígenas foram se reunir no Ministério da Educação na capital para solicitar escolas e professores⁷.

O Amauta irá propor, sem se aprofundar muito no tema, novas “fórmulas” escolares, baseadas basicamente na “auto-formação” e no controle dos métodos e conteúdos do ensino pelas próprias massas populares, e, com isso, possibilitar o surgimento de uma consciência revolucionária, a partir de uma progressiva educação “ideológica” do campesinato, realizada por docentes que fossem *também* indígenas. Essa seria uma forma de contrapor a difusão e a reprodução da ideologia dominante das elites e do governo. Ou seja, uma educação que não seria imposta pelos brancos ou mestiços, mas sim *promovida pelos próprios índios*, o que representaria um esforço de longo prazo para mudar as estruturas sociais e educativas do país. Mariátegui, portanto, também era contra a contratação de “especialistas” estrangeiros para realizar essa “renovação” educativa. Para ele estava claro que o problema do ensino não podia ser compreendido se não fosse considerado como *essencialmente* um problema econômico e social. Por isso, percebe-se a ingenuidade de alguns “reformadores” em tratar o tema como algo abstratamente “idealista” e a partir de uma doutrina “exclusivamente” pedagógica. A educação só poderia ser “reformada” quando as leis econômicas e sociais assim o permitissem.

7. Ver Fell, 1994a: 50.

Em relação ao debate entre os defensores do sistema “clássico” das humanidades e dos que apoiavam uma linha mais técnica e “científica”, Mariátegui mostrará como, em geral, os advogados e literatos perpetuavam um esquema reacionário, elitista e conservador, cultuando a retórica e os privilégios, enquanto a atividade prática dos formados pelas faculdades e institutos de ciências seguia os caminhos da economia e da civilização. E que a “civilização”, neste caso, devia muito mais à Ciência do que às humanidades. Defenderá a “escola do trabalho”, em que se incorporaria no curso primário o “trabalho manual educativo”. Seu maior exemplo será o sistema educacional revolucionário na Rússia.

O fato de essas reformas serem feitas especificamente no ensino fundamental mostra o distanciamento e o elitismo dominantes nos cursos secundários e superiores. Para Mariátegui, portanto, um conceito “moderno” de escola uniria, assim, trabalho manual e trabalho intelectual em um mesmo ambiente. A América Latina, em sua conceção, precisaria mais de técnicos do que de reitores. Também propunha que se incorporasse nos programas escolares o ensino “único”, uma idéia para ele de origens absolutamente sociais. De acordo com o Amauta, a educação no regime “burguês” se caracterizaria por um ensino classista, que separaria as crianças de famílias ricas das crianças de origem camponesa ou operária. Desde a infância haveria uma separação por classes, facilitando a ascensão dos alunos das elites e impedindo o desenvolvimento intelectual e, posteriormente profissional, dos estudantes pobres. Isso representaria uma enorme injustiça. Novamente recorrerá a Lunatcharsky e ao modelo de ensino russo sendo desenvolvido na época. Seria fundamental a implementação do ensino único em “Nossa América”, já que a cultura era um privilégio absoluto da burguesia do continente.

A partir daí, dará importância fundamental aos professores de ensino primário, para ele, mais próximos do povo por

sua origem popular. Ao contrário dos docentes de secundário ou das universidades, mais elitistas e dilettantes, com outras profissões ou atividades além da docência – como advogados, parlamentares ou latifundiários –, os professores primários se dedicariam exclusivamente ao ensino e compreenderiam *de fato* os setores mais humildes da população, justamente por fazer parte deles, tendo, por isso, mais interesse em melhorar suas condições. Trabalhariam com a maior dedicação, mesmo que isolados em algum vilarejo, dependendo de algum caudilho local, segregados do movimento cultural, mal remunerados pelo governo e com poucas possibilidades de se desenvolver intelectual ou profissionalmente, pela falta de acesso a outros elementos de estudo. Os intelectuais e estudantes de vanguarda, por isso, teriam de se dirigir a essa categoria na luta por câmbios políticos mais profundos dentro do Peru.

Uma das mudanças essenciais seria abrir os estudos de nível superior aos egressos das Escolas Normais, não para “aburguesar” os normalistas, mas para “revolucionar” as aulas nas universidades. Por isso, a importância de não diferenciar o problema do ensino fundamental do superior. Não haveria um “problema” universitário independente da escola primária e secundária. O que existiria seria um problema da educação pública *em geral*, que compreenderia *todos os níveis do ensino*. E que o professor primário, filho de operário ou camponês, teria de compreender e sentir sua responsabilidade na constituição de uma nova ordem.

Em relação ao problema das universidades, Mariátegui dirá que a crise no setor seria estrutural, espiritual e ideológica. Não se limitaria a alguns maus professores, mas à falta de *verdadeiros* docentes. Seria preciso um tipo de professor com características de “condutor”, com “voz profética”, de “líder” e “apóstolo”. A influência religiosa, o estilo d’annunziano, as idéias de Sorel e a necessidade de indivíduos com traços “heróicos” para “purificar” e “renovar” o ambiente universitário são claras neste caso. Ou seja, alguns “indivíduos”

fariam a diferença. A Universidade de San Marcos seria uma instituição estática: não tinha interesse nas inquietações, nas paixões, nos problemas e nas preocupações que comoveriam outros centros de ensino superior no mundo. Vivia à margem dos novos tempos, como se não se desse conta de seus teóricos, pensadores e críticos. Seus catedráticos conservadores, reacionários e civilistas, de temperamento burocrático e acomodado, só se importavam com a literatura do curso que ministriavam e apenas se interessavam por altos cargos públicos ou em dar assessorias a empresas privadas capitalistas. Não seriam homens panorâmicos, mas sim intelectuais sem filiação ideológica, de traços aristocráticos, apoiadores e comensais do civilismo e da plutocracia nacional, com medo do povo e da multidão, demasiadamente preocupados com questões estéticas. Entre eles não se encontraria nenhum revolucionário ou renovador. O estudante de mentalidade estreita, com pouca capacidade de discernimento, veria um mau professor como exemplo. Assim, seriam formados profissionais de mente e caráter limitados, que se esforçariam apenas por conseguir um título acadêmico e, posteriormente, comprar um carro, ganhar muito dinheiro e conquistar uma cátedra em alguma universidade. Um dos sinais para a resolução deste problema estaria nas Universidades Populares. A crise da universidade seria, portanto, uma crise de professores e de idéias. Um reforma limitada não seria suficiente. Tocaria apenas na superfície da questão. E o descontentamento e a agitação estudantil começariam novamente. Mas o que o jornalista percebia é que a “juventude” universitária aparentemente voltara a um estado de conformismo. E que os professores continuavam insistindo na disciplina e obediência dos estudantes.

Outro tema importante discutido por Mariátegui foi a questão dos livros e das bibliotecas. Neste caso, denunciou o estado de abandono da Biblioteca Nacional em Lima. Para ele, aquela era uma biblioteca pobre, repleta de mate-

riais inúteis, em grande parte de literatura “oficial”, que não corresponderia nem a sua categoria nem a seu título. Faltavam livros, revistas e periódicos de qualidade publicados em outros países naquela época. O local não era, portanto, de grande ajuda para os estudiosos. Uma biblioteca pública não deveria ser um relicário, mas sim um órgão vivo de estudo e pesquisa. Ela não possuía os livros mais essenciais de política, economia, filosofia e arte, entre outros. Um dos maiores problemas talvez fosse os poucos recursos do orçamento nacional dirigidos àquela instituição. Por isso não podia fazer mais aquisições, publicar um boletim bibliográfico ou produzir um catálogo. Seria fundamental e urgente, assim, a organização de uma *verdadeira* biblioteca pública nacional.

Se fosse feito um “balanço” editorial no Peru, seria possível constatar a falta de livros no mercado do país. O “progresso” peruano poderia *talvez* ser medido, de acordo com as elites, pelo consumo de cimento ou automóveis. Mas não pelo consumo de livros. A falta de interesse e a pouca quantidade de livros no Peru não deveriam ser consideradas um problema apenas da suposta “classe ilustrada”, mas de toda a nação. A atividade editorial era, realmente, ínfima. As livrarias da capital ofereciam poucos livros que, em geral, chegavam ao país com atraso e, em muitos casos, já defasados. E o mercado era controlado pelas editoras espanholas que produziam livros de qualidade gráfica melhor e que eram vendidos a preços mais acessíveis. Os autores peruanos normalmente tinham de pagar para editar seus livros, com tiragens pequenas, que eram caros para o consumidor e que tinham uma distribuição limitada. Seria importante, neste caso, a união de autores, editores e livreiros para que se criasse um birô, escritório ou associação que se encarregasse da difusão das obras nacionais dentro de seu território e no exterior, através de uma propaganda organizada, uma rede de agências nas principais cidades da América Hispânica e o intercâmbio com outros editores do continente. O Estado, por sua

vez, teria a obrigação de proteger o livro através de mecanismos tarifários favoráveis, como taxas postais especiais, por exemplo. O livro era considerado um “índice” de civilização em vários países europeus. Mas no Peru, ainda estava muito distante desta situação: o livro não recebia estímulos do governo, enquanto o público não lia muito por causa de uma má formação educacional, e da falta de hábito de leitura e, também, pela falta de bibliotecas públicas, escolares e universitárias. O Ministério da Educação, a Biblioteca Nacional e as universidades deveriam fomentar a produção literária e artística nacional. Para o Amauta, a Argentina, com toda sua estrutura editorial, publicações, traduções, distribuição e feiras de livros, seria um exemplo na questão editorial. Ou seja, o Peru teria de aprender com sua experiência para realizar o seu próprio trabalho nacional. O autor de *Sete ensaios* achava que os intelectuais peruanos, mesmo cientes dos muitos problemas no setor cultural e editorial, aparentemente estavam mais preocupados em publicar suas obras do que em resolver essa questão.

Outro assunto discutido por Mariátegui foi a educação artística. Ele incentivava, por um lado, a apreciação de música clássica pela população, acreditando que, se o Estado ou Município convidasse o povo a assistir a concertos de uma orquestra sinfônica, com o objetivo de educação musical, o público certamente participaria e aproveitaria a experiência. Mas também havia uma discussão sobre a questão mais abrangente das artes no meio acadêmico. O programa de ensino no Peru demonstrava muito pouco interesse na educação artística nas escolas. Desde que havia sido criada a Escola de Belas Artes, e que se consolidara, não poderia haver desculpas para que os colégios não recebessem professores formados por ela. Mesmo com um pessoal restrito, seria fundamental se elaborar um programa de educação artística que desse preferência à contratação de profissionais daquela instituição. Isso significa que a Escola de Belas Artes deveria ter uma

função na educação pública. E seus graduados, em muitos casos alunos pobres, já conseguiriam um trabalho logo que se formassem, podendo utilizar seus conhecimentos em sua área de estudo. Esse seria um meio honrado de subsistência aos diplomados daquela academia, assim como a educação pública se beneficiaria com o trabalho de profissionais sérios. A prioridade deveria ser para a educação fundamental de artes plásticas; mas os mesmos conceitos poderiam ser utilizados, em seguida, para o ensino de música nas escolas.

E então, finalmente, o tema dos concursos e prêmios literários. Mariátegui também critica a forma pela qual essa modalidade era realizada na época. A instituição de concursos e prêmios anuais não resolveria a questão da qualidade e desenvolvimento da literatura no Peru, já que estes não representariam o espírito da época nem necessariamente indicariam as melhores obras produzidas num determinado período histórico. Os concursos com temas antiquados, sem sintonia com o momento e com enredos ou estéticas favoráveis a setores acadêmicos ou grupos políticos no poder deveriam ser atacados. Mas, em alguns casos, os prêmios poderiam, contudo, coincidir com a “intuição” de uma época, ajudando um artista ou um intelectual autêntico.

A maior ambição de Mariátegui era contribuir para o nascimento do socialismo em seu país⁸. Mas ele percebeu que os resultados da Reforma Universitária eram insatisfatórios. Para o Amauta, a renovação requerida nos estudos havia se detido numa etapa incipiente: os estudantes só conseguiram levar essa mudança até uma fase *inicial*. E após 1924, ressurgiu

8. Para mais informações sobre o pensamento de Mariátegui, ver Vegas, 1989; Galindo, 1982; Paris, 1981; Aricó 1978; Cox, 1978b: 3-8 e 1978b: 17-22; Vargas, 1978a: 23-51 e 1978b: 9-16; Miroshovski, 1978: 55-70; Prado, 1978: 71-92; Posadas, 1978: 93-115; Alcalá-Galiano, 1978: 145-154; Semionov e Shulgovsky, 1978: 165-185; Melis, 1971: 9-49; Dessau: 51-109; Kossok, 1978: 111-147; Carrión, 1976; Mariátegui, 1987; José Carlos Mariátegui, 1987 e 1988; e Melis, 1996.

o velho espírito conservador e oligárquico no meio acadêmico, em grande parte causado pela desorientação dos próprios estudantes. Ou seja, as agitações estudantis começavam com arranques de entusiasmo, mas paravam por aí. A inconstância dos alunos levou-os à derrota: queriam intervir no governo da Universidade, mas não conseguiram; e os métodos de ensino se mantiveram intactos. A docência livre não foi sequer tentada como experiência pedagógica. Mesmo assim, Mariátegui ainda acreditava nas possibilidades do movimento estudantil. Para ele, o único caminho para os estudantes era o de ligar-se à tarefa de construção de uma nova ordem política e social no Peru. Já havia chegado o momento de fazer-se sentir a presença do socialismo naquele país.

Luiz Bernardo Pericás

é doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo — USP

200

Referências bibliográficas

- ARICÓ, José (org.). 1978. *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente.
- ARROYO Posadas, Moisés. 1978. “A propósito del artículo ‘El populismo en el Perú’, de V. Miroshesvski”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 93-115.
- BASSOLS BATALLA, Narciso. 1985. *Marx y Mariátegui*. México: Ediciones El Caballito.
- BAUDÍN, Luis. 1978. “7 ensayos de interpretación de la realidad peruana, por José Carlos Mariátegui. Lima: Biblioteca Amauta, 1928”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 256-257.
- BELAÚNDE, Víctor Raúl. 1978. “En torno al último libro de Masriátegui”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 273-292.
- CARRIÓN, Benjamín. 1976. *José Carlos Mariátegui, el precursor, el anticipador, el*

- suscitador*. México: Secretaría de Educación Pública.
- CHANG-RODRIGUEZ, Eugenio. 1957. *La literatura política de González Prada, Mariátegui y Haya de la Torre*. México: Ediciones de Andrea.
- _____. 1986. *Poética e ideología en José Carlos Mariátegui*. Trujillo: Editorial Normas Legales.
- CHAVARRÍA, Jesús. s.d. *José Carlos Mariátegui and the rise of modern Peru, 1890-1930*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- COX, Carlos Manuel. 1978a. “Aprismo y marxismo en la obra de Mariátegui”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 17-22.
- _____. 1978b. “Reflexiones sobre José Carlos Mariátegui”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 3-8.
- DESSAU, Adalbert. 1971. “Literatura y sociedad en las obras de José Carlos Mariátegui”. In: MELIS, Antonio; DESSAU, Adalbert; KOSSOK, Manfred. *Mariátegui, tres estudios*. Lima: Biblioteca Amauta. pp. 51-109.
- DOLL, Ramón. 1978a. “7 ensayos de interpretación de la realidad peruana, por José Carlos Mariátegui. Lima: Biblioteca Amauta, 1928”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 259-265.
- _____. 1978b. “Mariátegui y el marxismo”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 265-268.
- FALCÓN, Jorge. 1978. *Anatomía de los 7 ensayos de Mariátegui*. Lima: Empresa Editora Amauta.
- _____. 1979. *Amauta: polemica y acción de Mariátegui*. Lima: Empresa Editora Amauta.
- FELL, Claude. 1994. “Vasconcelos-Mariátegui: convergencias y divergencias”. In: FORGUES, Roland (org.). *Mariátegui, uma verdade actual sempre renovada*. Lima: Empresa Editora Amauta. pp. 53-70.
- FELL, Eve Marie. 1994. “El tema de la educación peruana em Amauta”. In: FORGUES, Roland (org.). *Mariátegui, uma verdade actual siempre renovada*. Lima: Empresa Editora Amauta. pp. 45-51.
- FERREIRA, Oliveira S. 1971. *Nossa América: Indoamérica*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Edusp.
- FLORES GALINDO, Alberto. 1982. *La agonía de Mariátegui, la polémica con el Komintern*. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo.
- FORGUES, Roland (org.). 1994. *Mariátegui, uma verdade actual sempre renovada*. Lima: Empresa Editora Amauta.
- GLUSBERG, Samuel. 1978. “7 ensayos de interpretación de la realidad peru-

- ana, por José Carlos Mariátegui". In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 242-244
- GODÍO, Julio. 1979. *Historia del movimiento obrero latinoamericano*. Buenos Aires: El Cid Editor.
- GRIGULÉVICH, Iósif. 1988. *Luchadores por la libertad de América Latina*. Moscou: Editorial Progreso.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. 1983. *Historia contemporánea de América Latina*. México: Alianza Editorial.
- KOSSOK, Manfred. 1971. "José Carlos Mariátegui y su aporte al desarrollo de las ideas marxistas en el Perú". In: MELIS, Antonio; DESSAU, Adalbert; KOSSOK, Manfred. *Mariátegui, tres estudios*. Lima: Biblioteca Amauta. pp. 111-147.
- LUNA Vegas, Ricardo. 1989. *José Carlos Mariátegui, ensayo biográfico*. Lima: Editorial Horizonte. pp. 43-46.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. 1985. *La escena contemporánea*. Lima: Biblioteca Amauta.
- _____. 1987a. *El alma matinal y otras estaciones del hombre de hoy*. Lima: Biblioteca Amauta,
- _____. 1987b. *Escritos juveniles*. Lima: Biblioteca Amauta.
- _____. 1987c. *La novela y la vida, Siegfried y el profesor Canella*. Lima: Biblioteca Amauta.
- _____. 1988a. *Defensa del marxismo*. Lima: Biblioteca Amauta.
- _____. 1988b. *Peruanicemos al Perú*. Lima: Biblioteca Amauta.
- _____. 1988c. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. México: Serie Popular Era.
- _____. 2003. *Temas de educación*. Lima: Biblioteca Amauta.
- MELGAR BAO, Ricardo. 1989. *El movimiento obrero latinoamericano*. México: Alianza Editorial Mexicana.
- MELIS, Antonio; DESSAU, Adalbert; KOSSOK, Manfred. 1971. *Mariátegui, tres estudios*. Lima: Biblioteca Amauta.
- MELIS, Antonio. 1971. "Mariátegui, primer marxista de América". In: MELIS, Antonio; DESSAU, Adalbert; KOSSOK, Manfred. *Mariátegui, tres estudios*. Lima: Biblioteca Amauta. pp. 9-49.
- _____. 1996. "José Carlos Mariátegui hacia el Siglo XXI". *Cuadernos de Recienvenido*, São Paulo: Universidade de São Paulo, n.º 1.
- _____; DESSAU, Adalbert; KOSSOK, Manfred. 1971. *Mariátegui, tres estudios*. Lima: Biblioteca Amauta. pp. 9-49.
- MESSEGUELL ILLAN, Diego. 1974. *José Carlos Mariátegui y su pensamiento revolucionario*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

- _____. 1987. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Escritos juveniles*. Lima: Biblioteca Amauta.
- MIROSHEVSKI, V. M. 1978. “El ‘populismo’ en el Perú, papel de Mariátegui en la historia del pensamiento social latinoamericano”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 55-70.
- MORENZA, J. L. 1978. “Un nuevo libro de Mariátegui”. In: Aricó, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 244-249.
- NATUSCH Velasco, J. 1978. “Los 7 ensayos de José Carlos Mariátegui”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 258-259.
- NÚÑEZ Valdivia, Jorge. 1978. “José Carlos Mariátegui y el materialismo dialéctico”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 293-308.
- PARIS, Robert. 1981. *La formación ideológica de José Carlos Mariátegui*. México: Ediciones Pasado y Presente.
- PAVLETICH, Esteban. 1978. “7 ensayos en busca de una realización”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 268-271.
- PRADO, Jorge del. 1978. “Mariátegui, marxista-leninista, fundador del Partido Comunista Peruano”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 71-92.
- QUIJANO, Aníbal. 1982. *Introducción a Mariátegui*. México: Ediciones Era.
- RAÚL, Víctor. 1978. “En torno al último libro de Mariátegui”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 273-292.
- ROUILLON, Guillermo. 1975. *La creación heroica de José Carlos Mariátegui*. Lima: Editorial Arica.
- SANÍN Cano, Baldomero. 1978. “La conferencia de una raza”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 253-255.
- SEMIÓNOK, S.; SHULGOVSKI, A. 1978. “El papel de José Carlos Mariátegui en la formación del Partido Comunista del Perú”. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 165-185.
- TAURO, Alberto. 1979. *Amauta y su influencia*. Lima: Empresa Editora Amauta.
- _____. 1987. “Estudio preliminary”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Escritos juveniles*. Lima: Biblioteca Amauta.

- _____. 2003. "Prologo". In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Temas de educación*. Lima: Biblioteca Amauta. pp. 9-17.
- TORRASSA, Atilio E. 1978. "7 ensayos de interpretación de la realidad peruana, por José Carlos Mariátegui. Lima: Perú, Editorial Minerva,1928". In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 249-251.
- URQUIETA, Miguel Ángel. 1978. "Hombres y cosas del Perú de hoy: José Carlos Mariátegui". In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 255-256.
- VALCÁRCEL, Luis E. 1978. "Un libro de Mariátegui". In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 239-242.
- VARGAS, Juan. 1978a. "Aprismo y marxismo". In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. 1978. pp. 23-51.
- _____. 1978b. "En defensa de José Carlos Mariátegui, marxista". In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. 1978. pp. 9-16.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN SUPERIOR. 1981. *Historia de la América Latina durante la primera etapa de la crisis general del capitalismo (1917-1939)*. Havana: Ministerio de Educación Superior.
- VILLAVERDE Alcalá-Galiano, Luis. 1978. "El sorelismo de Mariátegui". In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 145-154.
- WIESSE, María. 1987. *José Carlos Mariátegui, etapas de su vida*. Lima: Biblioteca Amauta.
- ZUM Felde, Alberto. 1978. "El Perú de Mariátegui". In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Ediciones Pasado y Presente. pp. 251-253